

Homens da ordem

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS
General, ex-porta-voz da Presidência da República



Uma avaliação para o século 21

» CELSO NISKIER
Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor do Centro Universitário UniCarioca

Quando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi instituído, em 2004, os panoramas social, político e econômico eram bastante distintos dos que temos hoje. Ainda assim, o processo avaliativo da graduação segue calado em princípios e metodologias do século 20, sem considerar as especificidades do século 21.

O Sinaes nasceu como política de Estado e foi essencial para a expansão da educação superior com qualidade. Cumpriu sua missão e possibilitou a criação de um banco de dados capaz de subsidiar novas políticas públicas de graduação. Contudo, está desatualizado.

A boa notícia é que, conforme sinalizado por representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em bate-papo virtual da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), a reformulação do Sinaes está no radar do Ministério da Educação (MEC).

Para que seja justa e eficiente, essa revisão precisa acontecer nas mais distintas esferas e se caracterizar pela construção coletiva, com envolvimento do Estado e da sociedade. É preciso levar em consideração as novas tecnologias aplicadas à educação, mas, também, os cenários estabelecidos a partir da pandemia de covid-19, como o fortalecimento do ensino híbrido, e os novos marcos legais vigentes no país, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O novo sistema precisa contemplar todas as modalidades avaliativas, mas destacar a autoavaliação institucional. É ela que integra todos os protagonistas do processo educacional, além de contar com a representação da sociedade na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

É preciso que a instituição possa se avaliar e ser avaliada de acordo com a sua missão institucional. Uma instituição mais voltada para extensão deve possuir indicadores mais nessa linha. Já aquela focada em pesquisa precisa ser avaliada nessa outra perspectiva.

Também não há mais espaço para padronização de culturas, comportamentos e procedimentos. Tampouco para processos complexos e altamente burocráticos, como os que regulam a educação superior brasileira.

A revisão do Sinaes precisa considerar todos esses aspectos, com a garantia do rigor e da ética. Nos Estados Unidos, por exemplo, a avaliação é feita por órgãos acreditadores regionais compostos por membros da sociedade. Por que não avançar nessa linha por aqui também?

Uma nova avaliação precisa considerar os aspectos regionais inerentes à cada instituição, assim como o incentivo e a valorização da criatividade e da inovação nos processos acadêmicos. Isso, sim, é essencial para que os estudantes sejam preparados para ingressarem no mercado de trabalho do século 21.

Aliás, ampliar o comprometimento dos discentes com o resultado final do processo avaliativo é outra medida que se faz urgente. Sendo componente curricular obrigatório, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), por exemplo, precisa ganhar relevância entre os estudantes. Para isso, precisa comprometer também os alunos com a avaliação.

Da forma como vem sendo aplicado, sem qualquer desdobramento em relação ao resultado para o aluno, nem a instituição e tampouco o egresso são efetivamente avaliados. Além disso, o Enade atual não avalia as competências socioemocionais, ou *soft skills*, tão valorizadas pelo mercado de trabalho.

Trata-se de um debate amplo que deve ser liderado pelos órgãos reguladores e abraçado com força por todos aqueles que acreditam no potencial de transformação social que só a educação de qualidade possui.

Resurjo com tema do último artigo, *É o homem que lustra o cargo*, publicado em 19 de janeiro, no qual tratei do nível de responsabilidade individual dos que usam fardas e do papel de instituição de Estado das Forças Armadas, forjado em ambiente rigorosamente constitucional. Sobre a responsabilidade, alvo principal daquele texto, assevero: ações equivocadas de membros da Força não podem deslustrar a imagem da instituição. Ao cobrarmos os equívocos, “cite-se o CPF”. Tratemos, agora, do outro ponto, a postura que é defendida em nações democraticamente maduras quanto à destinação dos “homens da ordem” como administradores da violência em nome do Estado. É indispensável reconhecer que, após o ciclo dos governos militares, fundado em 1985, as Forças Armadas se voltaram firmemente para a profissionalização “*latu sensu*”, adquirindo competências em diversos campos do conhecimento, que resultaram em extrema confiança por parte da sociedade.

Um chefe militar, a quem muito respeito e com o qual troco percepções regularmente sobre o momento que se vive, alertou-me para as diferenças fundamentais, na sua convicção, entre as Forças Armadas americanas e as Forças Armadas brasileiras, alvos de comentários no último artigo.

As nossas são idealistas e humanistas, aquelas, aristotélicas e militaristas. Que bom encontrarmos mentes brilhantes para dialogar e, ao mesmo tempo, impaciente o instinto de nossos pesquisadores para descerem fundo nos estudos da temática.

Nesta singrada, cito uma passagem do Marechal Castelo Branco, extrato de uma orientação como chefe do Estado-Maior do Exército: “Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos propaganda, mas para garantir os Poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei”.

Percebe-se por parte daquele líder militar, malgrado o momento de fricção que se descortinava em nossa sociedade, a sua capacidade de expressar com quietude a postura de instituição de Estado esperada das Forças Armadas. Em seu livro *A grande barreira* (Bibliex, 1998), o coronel do Exército J.F. Maya Pedrosa também nos encaminha em direção ao comedimento quando se analisam posições políticas-ideológicas: “Não acho que cada um tenha a sua verdade própria porque ela é uma só, absoluta e imutável, mas existe uma interpretação da história de acordo com o ponto de vista de cada individualidade”.

Expõe que, no período pós-constitucional de 1988, as Forças Armadas se entrincheiraram na “estratégia do silêncio”, seguras de que o futuro traria luzes aos fatos sem os envoltórios emocionais. A maturidade dessas ações a levou-lhes a ser “protagonista silencioso(a)”, expressão cunhada pelo general Villas Bôas, antigo comandante do Exército, sem, entretanto, evoluir para imiscuir-se diretamente na gestão política. É mister compreender igualmente a necessidade de as Forças Armadas acompanharem atentamente os atos geradores da história.

A confrontação da Guerra Fria se faz ao largo, sem definição de matiz, uma película em preto e branco. Pouco importa se foi consequência de hostilidades tensionadas pelos Estados Unidos em busca de hegemonia, ou pela velha União Soviética, em seu expansionismo ofensivo. Entretanto, ainda são encontrados personagens contemporâneos que na busca de projeção política ou de afirmação de opinião — em diversos grupos sociais —, revolvem as cinzas enfiadas sobre as cicatrizes nem bem curadas.

Alguns deles, compreensivelmente, por terem sido impactados diretamente física e emocionalmente, outros com o objetivo de gerar um ambiente conflitivo de onde imaginam a possibilidade de colher dividendos. A divisão maniqueísta não promove evolução. O cimento social que dará sustentação ao nosso país passa por equilíbrio, serenidade e estilo inspirador dos formadores da consciência nacional. Recite-se como uma ladainha o discurso civilista de Ruy Barbosa, inserido no ambiente histórico de sua criação, que ainda hoje serve de moderador de comportamento a militares, no exercício de função regular de poder.

Reafirmando o meu ponto de vista, defendendo a inatacável, perdão pelo oxímoro, posição de instituição de Estado das Forças Armadas, serva do povo e imunizada contra a “política no Exército”. Uma premissa indelegável que seus líderes, urdidos no cadinho da servidão e grandeza militares, têm por missão manter para a estabilidade e promoção da paz social.

Paz e bem!

A crise do presidencialismo

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Desde a sessão de promulgação da Assembleia Constituinte, marcada por brincadeiras, despedidas emocionadas e pelo impressionante discurso de Ulysses Guimarães, até o dia de hoje se passaram 33 anos. Neste período, a democracia brasileira, jovem e frágil, assistiu de tudo. Dois impeachments, escândalos de bom tamanho na área da corrupção, prisões de gente importante, desmandos e conflitos entre políticos e partidos. Consequência do sistema partidário caótico, com mais de 30 siglas, dentro de um regime de governo indefinido, com seu corpo parlamentarista e prática presidencialista. Não é nenhuma coisa, nem outra.

A resposta tem sido a crise. Houve inflação elevadíssima na casa de 100 por cento ao mês. Surgiram vários planos econômicos, antes de a economia encontrar sua estabilidade. A frequente intromissão do Judiciário na área do Legislativo que se esquivava de tomar decisões profundas. Vive na superfície dos problemas. As reformas essenciais, seja a tributária ou a administrativa, não caminham. Enfim, existe a percepção, interna e externa, de que o Estado precisa diminuir seu tamanho e aumentar sua eficiência. Mas nada se faz para corrigir essa anomalia. O resultado é a instabilidade.

Pior do que a instabilidade é o fim das esperanças. O jovem no Brasil tem enormes dificuldades para encontrar emprego no nível de suas capacidades. Melhor se arriscar no exterior. O Brasil está perdendo seus melhores cérebros. Quem pode, pega o primeiro avião e caminha para o mundo desenvolvido. Encontrei em Harvard, há mais de ano, um

surpreendente contingente de estudantes brasileiros. O Brasil mergulha na direção de níveis africanos. Isso não é derrotismo. É realismo.

A Argentina frequentou o clube dos países mais ricos do mundo, com povo alfabetizado, boa oferta de grãos, petróleo e carne de primeira linha. No início do século 20, a economia do vizinho chegou perto de ser o dobro do Brasil. Hoje, o produto interno bruto deles está próximo de um terço do brasileiro. O vizinho regrediu. Deixou o mundo desenvolvido e passou a figurar entre os emergentes. Os hermanos continuam a viver o inferno econômico sul-americano. Juros elevados, inflação alta, reservas internacionais escassas e desemprego feroz. Moeda sem valor. O mercado é indexado ao dólar.

No Brasil, a crise é anunciada. O regime presidencialista é um desastre. Só deu certo nos Estados Unidos, porque lá funciona uma confederação de verdade. Houve a Guerra da Secessão no século 19, quando os estados do sul tentaram deixar a confederação. O presidente Lincoln salvou a União, libertou os escravos e, por causa disso, foi assassinado. Na eleição seguinte, por meio de um acerto entre partidos, tudo retornou à situação anterior. Os negros perderam seus direitos. O sistema eleitoral, indireto, prevaleceu. Ou seja, fizeram questão de reafirmar sua própria autonomia. É a confederação.

Os exemplos recentes daqui são eloquentes. O governo de Dilma Rousseff vinha fazendo água a olhos vistos. Ela perdeu a capacidade de se articular com o Congresso e inventou uma política econômica anticíclica desastrosa. Surgiu o impeachment. O

processo foi duro, difícil, provocou crises, queda da Bolsa de Valores, disparada do dólar, xingamentos de parte a parte e grandes traições. Um desastre. Nos dias que correm, de novo, a ameaça de remover o presidente de sua cadeira aparece no horizonte. A resposta do governo é distribuir cargos e benesses para comprar alianças e se manter no poder. Não há projeto, a não ser permanecer dentro do Palácio do Planalto, mesmo que seja sangrando em praça pública pelos próximos dois anos.

Os partidos políticos se amoldam aos problemas. O Brasil bordeja o abismo. Se o regime fosse parlamentarista, a crise seria menor. O parlamento aprovaria o voto de desconfiança, um novo primeiro-ministro assumiria o cargo e a vida continuaria. É assim no mundo todo. A Itália fica meses sem governo. O mesmo acontece na Bélgica ou em Israel. Nesses países, o exercício da política é distante do comando da administração.

O governo se defende praticando o conhecido to-ma lá dá cá. Podem surgir novos ministérios. Farta distribuição de benesses, verbas e empregos. O impeachment pode ou não acontecer, mas a crise está anunciada. Os brasileiros não perdem a oportunidade de desperdiçar mais tempo, de se afastar do mundo desenvolvido, de regredir nos níveis de escolaridade e padecer do pesado desemprego. Os jovens preparam seus passaportes. Especuladores esfregam as mãos. Já apostam na elevação de juros, no retorno do capital especulativo que produz lucros extravagantes sobre populações empobrecidas. Esse foi o pano de fundo na eleição dos presidentes do Senado e da Câmara.